

DA ESCURIDÃO PARA A LUZ: um sonho

*Ivaldir Donizetti das Chagas*¹

*Rafael. Lazzarotto Simioni*²

Eixo 5: Alfabetização e educação de jovens, adultos e idosos

Resumo: A escolarização traz consigo a luz, o conhecimento e valorização para a vida perante a sociedade, metas essas que não alcançadas e demonstra falhas ao longo da história. Foram fases religiosas como a educação jesuítica, pombalina e políticas durante o império, república, estado novo, ditadura de 1964, redemocratização de 1984 e a atual democracia de 1988. Os modelos pouco mudaram, persistindo-se traços de uma educação elitizada e secundária, não atendendo a todos, sendo esse um sonho a realizar. É necessário levar à luz as mentes que vivem nas escuridão da ignorância, para que haja progresso da nação. A alfabetização é um direito. O analfabetismo histórico parece ser de comum aceitação até hoje, bem como os métodos pedagógicos adotados. As diretrizes adotadas foram a metodologia tradicional analítica e sintética e durante algum tempo a escola nova, temos hoje outros modelos de metodologias com a chegada da internet e metodologias ativas. Temos cerca de doze milhões de cidadãos sem identidade, sem escola, nos porões das diretrizes políticas, a espera, quem sabe, de um educador ou uma escola que o incomode com a luz.

Palavras-chaves: Analfabetismo; Educação de Jovens e Adultos; Escola pública; Política.

Introdução

O entrave do analfabetismo é uma das causas da pobreza financeira e marginalização gerada por uma estrutura social não igualitária (PORCARO, 2007). Partindo do regime militar de 1964 (ARANHA,1996), as classes populares e menos favorecidas financeiramente, atendidas no projeto de Paulo Freire, perdem forças e o Plano Nacional de Alfabetização é interrompido o trabalho de alfabetização.

Na visão militar, a nova alfabetização desenvolvida por Freire, levaria as pessoas a ter

¹Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Sapucaí (Univás), doutorando em Educação, Conhecimento e Sociedade pela Univás. Contato: ivaldirchagasdonizetti@hotmail.com

²Pós-Doutor em Filosofia e Teoria do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Prof. do Programa de Pós-Graduação em Educação Conhecimento e Sociedade da Univás. Contato: rafaelsimioni@univas.edu.br

pensamentos e consciência da realidade dos problemas em que viviam, principalmente na questão do analfabetismo. Eles não pretendiam que os cidadãos fossem escolarizados e evoluíssem. A intenção era somente melhora-los para serem mão de obra para o mercado (NISCKIER, 1989).

O adulto analfabeto era considerado criança e fácil de alfabetizar, o alfabetizador não precisava ser professor, qualquer alfabetizado poderia servir, sem formação ou conhecimento escolar, (MEDEIROS, 1999). Sendo uma alfabetização desorganizada e sem estrutura didático pedagógica.

De 1969 à 1973, o país passa por um desenvolvimento, o chamado milagre econômico, cresce a industrial de forma expoente num país agrícola, (CARTOCE 2007). Um período difícil, onde a crítica, a ciência, a igualdade, o social e o reflexivo é excluído, quem se opõe ao sistema é tido como comunista, tudo o que se opor aos ideais da ditadura torna-se inimigo do estado. Estamos revivendo tais fatos?

Procurando resposta ao analfabetismo o governo desenvolve um projeto de educação alfabetizadora. Nasce o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), com bandeira militar, muita divulgação e expectativa, seu objetivo é solucionar o analfabetismo até 1975. Segundo Rangel (2011), em 15 de dezembro de 1967, a partir da Lei nº 5.379, o governo assume a alfabetização de jovens e adultos na faixa etária de 15 a 30 anos. O Mobral não era voltado para idades inferiores.

O projeto visa trazer solução para o analfabetismo que atingia quase 1/3, da população. Dados do IBGE de 1940, apresenta que 56% da população com mais de 15 anos eram analfabetas. Em 2010, o percentual caiu para 9%, uma redução de 29% comparado a 1940 (IBGE, 2011).

O Mobral, tem o objetivo de alfabetizar, ensinar o básico, a ler e escrever e algumas operações matemática. Não promove uma educação continuada. O sistema procurava responsabilizar o indivíduo de sua situação desconsiderando-o do seu papel de ser sujeito produtor de cultura, sendo identificado como uma pessoa vazia, sem conhecimento, a ser salva pelo Mobral, (MEDEIROS 1999).

Há a ideia que os analfabetos eram culpados pela situação do subdesenvolvimento. Um dos slogans era: “você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável” (STEPHANOU; BASTOS, 2005).

Segundo Corte (2016), o Ensino Supletivo chega em 1971, é implantado pela Lei nº 5.692, em 11/09/1971. Em 1974, o Ministério da Educação desenvolveu a criação dos CES (Centros de Estudos Supletivos), substituindo o Mobral. O mesmo vem como um novo projeto, outra metodologia que está até os dias atuais na educação de jovens e adultos alfabetizados, levando os estudos para além da simples alfabetização e para o mercado trabalhista, dentro

da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (HADDAD; DI PIERRO, 2000). Assim, dois modelos eram direcionados para mercado profissional: o Mobral acabou completamente em 1985, e não trouxe o resultado esperado, em 1980, o Censo registrou que 25,41% dos brasileiros eram analfabetos, o Supletivo por sua vez, segue até os dias atuais, sendo o EJA e Enceja.

Todos os projetos nesse sentido, não obtiveram o sucesso pretendido e deixaram uma pleide de analfabetos, o que comprova-se com os dados dos dias atuais.

2 Fundamentação Teórica

O analfabetismos e a alfabetização são problemas que remontam a história educacional, trazem consigo a estigmatização desses cidadãos que foram esquecidos pelos sistemas e métodos pedagógicos.

De acordo com Floresta (2005), o 1º recenseamento realizado no Brasil, em 1872, apresenta uma taxa de alfabetização de 20,0%, somente entre as pessoas de 15 anos ou mais. Esse dado mostra que 80,0%, das pessoas com idade acima de 15 anos eram analfabetos, sendo mulheres, negros, indígenas e pobres trabalhadores.

Mas, preocupavam com o voto direto ainda no império (1878-1881), havia intenso debate a respeito do voto dos analfabetos, sem se preocupar com a educação, (FERRARO, 2009). O interesse político, não em virtude de educar. O analfabetismo era generalizado e crônico, as pessoas analfabetas que pudessem comprovar no Censo que possuía 200 mil réis (Constituição de 1824), tinham direito ao voto, porque era importante ser eleitor, mesmo analfabeto.

Os termos analfabeto e analfabetismo, vem carregados de sentido negativo e pejorativo, apequenando as pessoas que desempenham determinadas funções, passam a ser pronunciados contra o povo, tornando-se critério de exclusão. O termo passa a aderir às pessoas como uma segunda pele, sendo uma forma de preconceito (PAIVA, 1990).

O analfabetismo passa, com o tempo a ser identificado como condição de ignorância, cegueira, pauperismo, falta de inteligência, de discernimento intelectual e de incapacidade política. O “analfabetismo ganha também a conotação de marginalidade e periculosidade” (FERRARO; LEÃO, 2012, p.241).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), realizada em 2018, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais foi estimada em 6,6%, 11 milhões de analfabetos (BRASIL, 2019).

Segundo a PNAD, no estado de Minas Gerais mais de 1 milhão de pessoas acima de 15 anos são analfabetas. Esse número corresponde a 6,0% da população, e esta um pouco abaixo da média nacional que é de 7,0%. O analfabetismo é maior entre o sexo feminino

(6,3%), os homens são 5,7% do total (BRASIL, 2019).

De acordo com o IBGE (2011), entre pretos e pardos o analfabetismo chega a 7,2%. Para brancos, o índice cai para 4,3%. Um dos dados apontado pela pesquisa é que mais de 700 mil crianças de 0 a 5 anos, não frequentam a escola em Minas Gerais.

Esses números são um entrave e o analfabetismo ainda é um gargalo a ser vencido pelos modelos e métodos pedagógicos por melhor que sejam. São esses dados que trazem base teórica e justifica a pesquisa e vem apontar a necessidade de desenvolver um trabalho de alfabetização, que alcance os excluídos do sistema escolar para uma vida em sociedade, pois esses cidadãos estão à margem da educação, de uma qualificação e emprego, diante de um sistema em plena evolução tecnológica.

3 Analisando o caso

Trabalho com empréstimos há 2 anos em Cabo Verde-MG. No dialogo com os meus clientes, geralmente pessoas aposentadas ou pensionistas do INSS, tenho observado muitos cidadãos de idade acima de 45 anos que não sabem ler nem escrever, totalmente analfabetos, sendo que muitos sabem somente assinar o nome, e apesar de assinar o nome, não sabem ler ou fazer operações matemáticas básicas.

Questionando suas origens, em sua maioria são emigrantes de cidades do norte de MG, Paraná e outros estados, que vieram há anos para a colheita do café, que utiliza de mão de obra braçal, pois Cabo Verde é constituída de uma topografia geográfica muito acidentada, possui uma cafeicultura muito forte e de grande peso econômico regional. Esses cidadãos emigraram com esse propósito e muitos estabeleceram residências na cidade, vieram com suas famílias, casaram aqui e vivem até hoje. Cerca de 2 mil pessoas fazem essa emigração para a colher café, entre os meses de maio a agosto, uma opção de trabalho e renda. Encontramos essas pessoas analfabetas, dependentes de outras pessoas para quase tudo, em um contexto repleto de tecnologias.

Diante do relatado, originou essa pesquisa, com a seguinte pergunta, há tantos analfabetos, podemos alfabetizá-los? Sim. Tendo em vista que já desenvolvi projetos semelhantes antes e conheço bem as dificuldade vividas pelas famílias que compõe a base da nossa pirâmide social, pois sou oriundo de uma família nos mesmos moldes e só fui estudar graças a EJA e com idade bem avançada, muito diferente do tempo escolar.

4 Discussões

4.1 Experiências

Em 1994, participava de uma igreja em Monte Belo-MG, observei que a maioria das

peessoas dessa comunidade eram analfabetas, em sua maioria de idade acima de 40 anos, resolvi então por conta própria ensinar-lhes a ler e a escrever, a título dos mesmos aprenderem para ler a Bíblia. A visão naquele momento era somente essa, não pensava na liberdade, no bom senso, no cidadão crítico. Dessa forma todos os dias antes dos cultos (3ª, 5ªs e domingos), realizava a alfabetização em 50 minutos de aula, a maneira que eu entendia que iria dar certo.

Eu não conhecia métodos, didática e pedagogia. Sem estrutura, com boa vontade, usando as cadeiras da igreja, cadernos, lápis, lousa e giz, utilizei uma metodologia própria, que imaginei na minha cabeça, somado a alfabetização da cartilha *Caminho Suave*, que meu pai me alfabetizou, segui os mesmos passos, somando as letras, iniciando nas vogais, indo para as consoantes, formando as sílabas, depois palavras e por fim orações.

Escrevia na lousa e acompanhava os cadernos, em 1 ano os que foram persistentes, uns 15 alunos, estavam lendo e escrevendo bem. Fazíamos muitos exercícios de leitura. nesse momento eu só tinha o 1º grau que fiz na EJA.

Em 2017, em Guaxupé-MG, desenvolvi um projeto de alfabetização em um trabalho da igreja, num bairro da periferia por nome de Vera Cruz. Em contato com os analfabetos da igreja e pessoas moradoras do bairro, agora com estrutura física adequada, tecnologias como *datashow*, sala apropriada com monitores, desenvolvi o projeto, tivemos um total de 8 cidadãos que iniciaram praticamente do zero e aprenderam a ler e a escrever de forma satisfatória. Todos de idade superior a 40 anos, o resultado foi positivo, iniciei em dezembro e fomos até julho de 2018, com 2 horas aulas por dia, 4 dias na semana das 19:30 às 21:30. Eu já era professor com 2 licenciaturas.

4.2 Da inserção da matemática na alfabetização

No projeto de Guaxupé-MG, percebi que estava utilizando a matemática e inserindo-a na alfabetização, isso aconteceu ao acaso, pois sempre utilizava a palavra “mais”, exemplo: $a + i = ai$; $o + i = oi$, e assim, sucessivamente.

Dessa forma adotei o vocábulo “mais”, entendi que o “mais” é uma adição, um modelo básico de matemática. O resultado desse processo foi mais rápido no meu ponto de vista, resolvi desenvolver esse projeto novamente e agora registrando todos os procedimentos para trazer à luz científica para o mesmo.

O projeto já está sendo articulado com a Prefeitura Municipal de Cabo Verde e a Secretaria de Educação, em fase de pesquisa e levantamento de dados dos futuros alunos e aguardando o avanço populacional da vacinação e iniciar o projeto que se dará uma associação comunitária e estaremos levando a escola até os alunos.

4.3 Metodologia

Nesta pesquisa será utilizada como metodologia a pesquisa documental, serão utilizados questionários verbais, pois os entrevistados são analfabetos e os testemunhos gravados para coleta de dados: sexo, faixa etária, piso salarial, média salarial, estado civil, se têm filhos, número de filhos, raça, origem emigratória (urbana ou rural), há quanto tempo não estuda etc.

A pesquisa documental analisa a implementação, a regularização e as reformas legais que ocorreram ao longo da história da alfabetização. Serão desenvolvidos os questionários à luz da literatura e realizadas as entrevistas coletivas e, ou individuais, durante todo o processo de ensino e aprendizagem, (ANASTASIOU; ALVES, 2015).

O delineamento será de abordagem quantitativa e qualitativa, de perfil descritivo contributivo. De acordo com Gatti (2004), os dados quantificáveis fornecem subsídios que nos auxiliam a compreender os fenômenos educacionais, contribuindo dessa forma com as políticas educacionais e a gestão da mesma. (POLIT; BECK, 2018). A pesquisa será realizada com os futuros alunos da cidade de Cabo Verde-MG.

5 Considerações finais

É explícita a vontade de ler e escrever dessas cidadãos, mas, muitos são os problemas e barreiras sócio, político e econômicos que os cercas e os rodeiam.

Precisa-se de intervenção por parte das instituições escolares municipais, entrar em ação e fazer um trabalho de base, todo especial para resgatar e levar jovens e adultos ao processo educativo, tais cidadãos tem vergonha de serem analfabetos, são invisíveis, até mesmo para as próprias famílias que os escondem da sociedade.

Esses cidadãos sozinhos e por si, não irão procurar a escolarização, estão no escuro, estão excluídos do sistema há muitos anos, já se adaptaram a ele, não querem enxergar e nem serem vistos pela sociedade onde vivem à margem de tudo e de todos. Dependem de outras pessoas para atividades básicas do cotidiano, como fazer um saque em um caixa eletrônico, assinar documentos em cartórios, não há uma independência básica para o modelo tecnológico de hoje.

Esse é um problema do sistema de educação que é moldado para o mercado de trabalho e vestibulares, sendo uma educação mercantilista em busca de resultados, esquecendo os seres humanos e a sua verdadeira missão. Em todo o tempo histórico da educação, em cada um dos métodos utilizados, sempre tivemos altos números de pessoas analfabetas que foram se acumulando durante os anos, mudam-se os métodos e linhas pedagógicas e sempre deixam um residual que não foi alcançado.

Temos o conhecimento que sempre existiu 2 modelos de escola, uma para atender a elite e outra popular para tentar atender a demanda do povo. Não se pode afirmar a eficiência de um método em detrimento a outro, foram muitos métodos até o momento e os analfabetos estão aí. Temos o processo educacional demandando de políticas públicas e nem sempre os políticos estão preocupados com a situação escolar do povão.

Para extinguir o analfabetismo de verdade, precisa-se de um outro projeto político pedagógico e a escola necessita sair da inercia e dos seus muros, pois os analfabetos estão lá fora, precisa-se mudar esse modelo, levar a escola para outros ambientes, para as residências, conselhos comunitários e igrejas, correr atrás desses invisíveis, encontrá-los e alfabetizá-los. Os invisíveis estão aí e são 1 milhão em Minas Gerais, e da forma como vemos hoje, infelizmente vamos continuar com essa população. A escola tem ferramentas e estruturas, precisa-se saber se vai dar esse passo.

Referências

- ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. Estratégias de ensinagem. *In*: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate (org.). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville: Univille, 2015.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de agosto de 1971.
- BRASIL. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967**. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Brasília: Presidência da República, 1967.
- BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**: 2019. Brasília, DF: INEP, 2019.
- CARTOCE, Raquel Elisa. **O milagre anunciado**: publicidade e a ditadura militar brasileira. 2007. 250f. Dissertação (Mestre em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15082017-141234/pt-br.php>. Acesso em: 26 maio 2021.
- CORTE, Luciane Cristina. **A mudança do perfil do público da EJA**: desafios e perspectivas. 2016. 177f. Dissertação (Mestre em Gestão de Práticas Educacionais) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1215/2/Luciane%20Cristina%20Corte.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.
- FERRARO, Alceu Ravanello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.
- FERRARO, Alceu Ravanello; LEÃO, Michele de. Lei Saraiva (1881): dos argumentos invocados pelos liberais para a exclusão dos analfabetos do Direito de voto. **Educação Unisinos**, v. 16, n. 3, p. 241-250, 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2012.163.06>. Acesso em: 26 maio 2021.
- FLORESTA, Nísia. Opúsculo humanitário. *In*: DUARTE, Constância Lima (org.). **Nísia**

Floresta: a primeira feminista do Brasil. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005.

GATTI, Bernadete Angelina. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XBpXkMkBSsbBCrCLWjzyWyB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108-130, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 26 maio 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1940-2010**. Rio de Janeiro, 2011.

MEDEIROS, Maria do Socorro de Araújo. **A formação de professores para a educação de adultos no Brasil:** da história à ação. 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Universitat de les Illes Balears, 1999.

NISCKIER, Arnaldo. **Educação brasileira:** 500 anos de história. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

PAIVA, Vanilda. Um século de educação republicana. **Pro-Posições**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 7-21, jul. 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644495>. Acesso em: 3 jun. 2021.

POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl Tatano. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem:** avaliação de evidências para a prática da enfermagem. Artmed Editora, 2018.

PORCARO, Rosa Cristina. **A história da educação de jovens e adultos no Brasil**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2007.

RANGEL, Elba Alonso. **Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil:** problema estrutural para o desenvolvimento nacional. 2011. 47f. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2011.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.